

mercado

Potássio está fora de terras indígenas, dizem dados oficiais

Entraves para produção de fertilizantes estão no eixo da política econômica, aponta estudo do governo federal

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO O presidente Jair Bolsonaro defende a liberação da mineração em terras indígenas como solução para a crise dos fertilizantes, ocasionada pela guerra na Ucrânia, mas não há registro de jazidas de potássio em terras indígenas demarcadas e homologadas.

A partir dos dados do Serviço Geológico Brasileiro e da Agência Nacional de Mineração, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) analisa, desde 2019, as condições nacionais para a produção de fertilizantes minerais.

Ao cruzar os mapas digitalizados das jazidas compiladas pelo governo federal (a partir dos relatórios de pesquisa e dos relatórios anuais de lavra) com as terras indígenas homologadas, a análise da UFMG concluiu que não há sobreposição de terras.

Há, no entanto, 11% das jazidas na Amazônia Legal que se sobrepõem a territórios indígenas ainda em processo de demarcação — ou seja, que ainda não foram reconhecidos como terras indígenas protegidas por lei. Elas não se enquadram, portanto, como alvo do projeto de lei 191/2020, em tramitação na Câmara, que prevê a liberação da mineração em terras indígenas.

*A política pública precisa se

basear em dados. Se você toma uma decisão manipulando o ambiente político com um objetivo, você não vai conseguir resolver o problema dos fertilizantes, com certeza, e ainda vai criar muitos problemas para o agronegócio, que já está com uma imagem muito prejudicada internacionalmente”, avalia o pesquisador Raoni Rajão, que coordena o Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da UFMG.

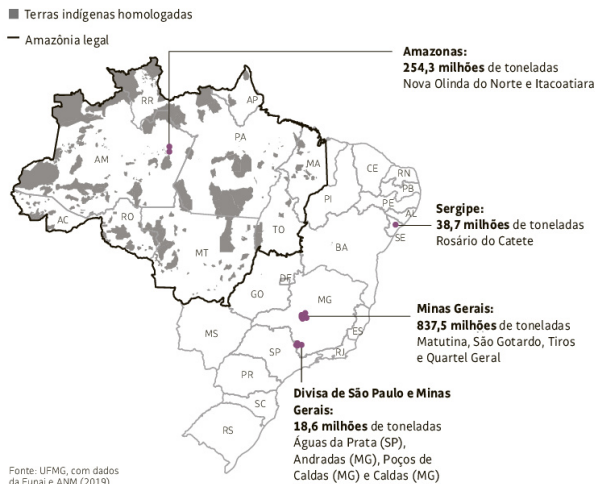
Os pedidos de mineração em terras indígenas também são poucos. Levantamento realizado pela ONG Instituto Socioambiental (ISA) com base em pedidos de exploração de minas feitos à Agência Nacional de Mineração mostra que só 1,6% dos requerimentos para potássio estão situados em terras indígenas. No caso de fosfato, representam 0,4%.

Em todo o país, há 408 pedidos de exploração de potássio e 3.928 de fosfato, que somam 10,24 milhões de hectares.

“A mineração em terras indígenas não resolve o problema dos fertilizantes”, afirma, em nota, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que reúne mais de 300 organizações do agronegócio e do ambientalismo.

O movimento pede “que o Congresso volte sua atenção para os diversos obstáculos encontrados no país para a produção de fertilizantes, co-

Depósitos confirmados de potássio estão fora de terras indígenas homologadas



Fonte: UFMG, com dados da Funai e ANM (2019)

Para reduzir custo, EUA lançam plano de US\$ 250 mi destinado a produtor de fertilizante

Para minimizar o aumento no custo dos fertilizantes, que ficaram ainda mais altos com a guerra na Ucrânia, o USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) anunciou, nesta sexta-feira (11), um plano de apoio a produtores independentes. O dinheiro virá de um fundo de crédito de commodities, reservado para períodos de perturbações no mercado. O valor do subsídio será de US\$ 250 milhões neste verão.

mo a insegurança jurídica, o sistema tributário e outros problemas regulatórios, que fazem com que produtos importados sejam mais competitivos do que os nacionais”.

Em escala nacional, a relevância das jazidas de potássio em territórios indígenas não demarcados é ainda menor: elas equivalem a apenas 3% das reservas de potássio, segundo a análise da UFMG.

Enquanto o Amazonas possui 254,3 milhões de toneladas de reservas de potássio, a maior parte das reservas nacionais de potássio está fora da Amazônia Legal, em Minas (837,5 milhões de toneladas), São Paulo (18,6 milhões de toneladas) e Sergipe (38,7 milhões de toneladas), segundo os dados de 2019 da ANM (Agência Nacional de Mineração).

Apesar de as reservas nacionais serem suficientes para abastecer o mercado nacional de fertilizantes potássicos até o final do século, segundo estimativa da UFMG, o país importa pelo menos 94% do po-

tássio usado nos fertilizantes, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) com base no ano de 2018.

A dependência de outros fertilizantes minerais também é alta: o país importa 55% do fósforo e 76% do nitrogênio, ainda segundo o Mapa.

Mantidos a preços baixos desde 2009, os fertilizantes potássicos têm um mercado concentrado por fornecedores da Rússia, da Belarus e do Canadá. Em 2018, os três países venderam, respectivamente, 26%, 18% e 32% do produto para o Brasil. Outros 11% vieram de Israel, em um total de 10,5 milhões de toneladas de cloreto de potássio importados.

Os entraves para uma produção nacional estão centrados na política econômica, segundo estudo publicado pela Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos.

“Os problemas que o mercado brasileiro de fertilizantes encontra são a concentração do setor na mão de poucas empresas, a falta de inves-

timento em novas tecnologias, grande desperdício, deficiências de logística e a indexação do preço à variação cambial do dólar americano”, resume uma análise do Observatório da Mineração.

A importação de fertilizantes e sua consequente indexação à variação cambial do dólar “dificultam sobremaneira qualquer programa de incentivo à produção rural de gêneros alimentícios que não sejam commodities para exportação, com preços também indexados ao dólar americano”, destaca o estudo do governo.

Sem citar barreira ligada a terras indígenas, o estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos faz sete recomendações para viabilizar a produção nacional de fertilizantes: aprofundar o conhecimento sobre concentração do poder econômico de poucos fornecedores; investir em pesquisa e desenvolvimento; avaliar desdobramentos de uma nova lei do gás; estudar formas de atração do investimento; reduzir a assimetria tributária entre importadores e a produção nacional; aprofundar estudos sobre questões ambientais e, por fim, priorizar a elaboração do Plano Nacional de Fertilizantes.

Solicitado pelo Ministério da Agricultura em 2020, um grupo de trabalho interministerial foi criado por decreto em janeiro para o desenvolvimento do Plano Nacional de Fertilizantes, lançado nesta sexta (11). “É uma questão de segurança nacional, pois o plano vai trazer a segurança de ter um insumo fundamental em momentos de crise, principalmente”, afirma em nota o pesquisador José Carlos Polidoro, da Embrapa Solos, que representa o órgão no grupo de trabalho interministerial.

Polidoro também aposta na produção de fertilizantes orgânicos e organominerais para suprir a demanda. “Quase 20% da demanda de fertilizantes importados poderia ser suprida com fertilizantes à base de matéria prima nacional, de resíduos da cadeia do agro”.

Com Reuters

Guerra faz governo antecipar plano nacional para fertilizantes

Alexa Salomão e Mateus Vargas

BRASÍLIA O governo lançou nesta sexta (11) o Plano Nacional de Fertilizantes. Com 195 páginas e mais de uma centena de metas entre 2023 e 2050, ele foi organizado para ser referência no planejamento do setor a longo prazo.

Basicamente, visa ampliar a exploração dos insumos em minas locais e elevar a produção dos fertilizantes em fábricas nacionais para reduzir a dependência internacional, a partir de mudanças no arcabouço regulatório e tributário, bem como concessão de subsídios e financiamentos públicos.

Na cerimônia de lançamento, no Planalto, Bolsonaro disse que a guerra na Ucrânia foi decisiva para acelerar a divulgação. “Sabemos desses problemas [sobre fertilizantes]. A solução foi amadurecendo, essa questão a 10 mil quilômetros foi obviamente o último ato”, afirmou o presidente. Bolsonaro e ministros também defenderam o projeto que libera a mineração em terras indígenas. Parte das reservas brasileiras está na região amazônica, e já houve embates com indígenas e o Ministério Público sobre a sua exploração.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, agradeceu à Câmara dos Deputados pela aprovação da urgência para votar o projeto. “Permitirá permissão legal para os indígenas promoverem, se assim quiserem, o agronegócio, a pecuária, o extrativismo e o turismo nas suas terras”.

Segundo a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, o plano é uma forma de apresentar soluções de longo prazo para

o setor, não apenas uma reação à guerra.

“Esse plano é de Estado, não de governo”, disse Tereza.

As medidas elencadas buscam reduzir o peso das importações dos atuais 85% para cerca de 60% em 30 anos e transformar o país em fornecedor global de potássio. Reduzir a dependência externa é um tema antigo, mas voltou a ser debatido após a declaração da guerra na Ucrânia, o levou o governo a antecipar a divulgação do plano.

Rússia e Belarus (que apoia o regime de Vladimir Putin) respondem por mais de um terço dos fertilizantes utilizados no Brasil. O conflito e as sanções estão inviabilizando embarques e colocando em risco o plantio das culturas brasileiras no segundo semestre, entre elas, a grande safra de soja.

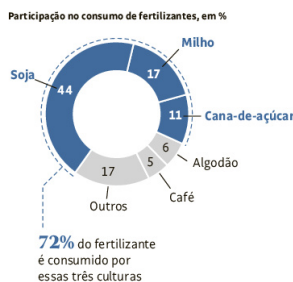
Um dos pilares do plano é a instituição de um regime especial de incentivo para viabilizar a infraestrutura da indústria de fertilizantes no país, com prazo de vigência de pelo menos cinco anos. Os incentivos precisam ser desenhados e apresentados em três anos.

Na questão tributária, o plano busca garantir a unificação das alíquotas sobre receitas da comercialização nas vendas internas, na importação e nas operações interestaduais.

Nas vendas internas ao estado e nas importações, a alíquota zero deixa de vigorar, partindo de 1% em 2022, e sendo majorada em um ponto percentual a cada ano, até atingir 4% em 2025. No mercado interno, a redução da base de cálculo será progressivamente reduzida, dos atuais 8,4% até que a alíquota che-

Em busca de menor dependência

Os fertilizantes são vitais para as principais culturas do Brasil



Fontes: Plano Nacional de Fertilizantes; GlobalFert 2021; Seceex; elaboração Rabobank

O peso dos fertilizantes russos e a demanda brasileira

A Rússia é...

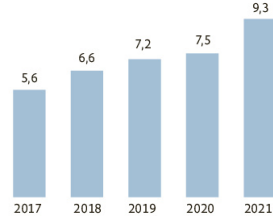
o segundo país produtor de fertilizantes nitrogenados, com 10% do mercado global

o segundo país produtor de potássio, com 19% do mercado global

o quarto produtor mundial de fertilizantes fosfatados, com 7% do mercado global

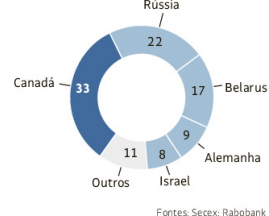
Quanto o Brasil importa da Rússia

Volume importado, em milhões de toneladas



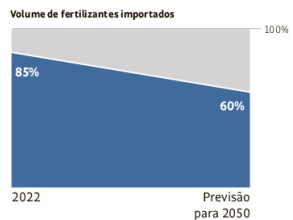
Importação de cloreto de potássio

Segundo a origem, em 2021, em %



Fontes: Seceex; Rabobank

O Plano Nacional de Fertilizantes quer reduzir o peso das importações nos próximos 30 anos



O governo acelerou a divulgação do plano após a guerra na Ucrânia mostrar os riscos da alta dependência do Brasil em relação ao fertilizante russo

que a 4% em 2025.

A questão tributária é considerada vital entre os fabricantes nacionais para garantir a atração de investimentos. O Sinprifert (Sindicato Nacional das Indústrias de Matérias-Primas de Fertilizantes) destaca que a meta prevista no plano é elevar a produção nacional em 35% até 2025 para permitir a isonomia tributária entre importados e nacionais.

O plano discute também fontes de crédito. O texto indica que o BNDES vai dar apoio, com linhas de crédito de longo prazo para o setor. Também prevê a liberação de recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e abre a possibilidade de acesso a recursos de fundos como o CTA-gronegócio, CT-Biotecnologia, CF-Mineral e CT-Verde e Amarelo para bancar parte das ações de nutrição de solos.

Mas também aponta que o setor privado pode ser uma fonte de capitalização via FIPs (fundos de participação) e FIDCs (fundos de investimento em direitos creditórios), bem como debêntures (papéis de dívida emitidos por empresas para levantar recursos), “bonds” (títulos de dívida) ou captação em Bolsas no Brasil e no exterior.

Especialistas destacam que será um desafio conseguir criar um ambiente adequado para os negócios, principalmente no que se refere à produção de matérias-primas, que demandam projetos de grande escala e intensivos em capital: cerca de US\$ 3 bilhões por milhão de toneladas. Em outras tentativas similares, faltou planejamento para concretizar as metas.